

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### PROJETO DE LEI Nº 4.678, DE 2001

Acrescenta inciso ao art. 18 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, tornando não patenteáveis os medicamentos para o tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

**Autor:** Deputado Aldo Rebelo

**Relator:** Deputado Dr. Rosinha

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em estudo, tem o objetivo de incluir, dentre as invenções e modelos de utilidade não patenteáveis no Brasil, os medicamentos antiretrovirais utilizados na terapêutica da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids).

Em sua justificação, o autor argumenta que a proteção patentária, ao conferir o monopólio do mercado ao fabricante dos medicamentos antiretrovirais, torna o seu preço muito alto, inviabilizando o acesso da ampla maioria dos doentes que necessitam desses medicamentos.

Os orçamentos das instituições governamentais também são altamente onerados pelo comprometimento de elevados gastos para a aquisição dos antiretrovirais. Em 1999, foram gastos, somente pelo Ministério da Saúde, cerca de R\$ 486,8 milhões com esses medicamentos, o que equivale a cerca de 80% de todos os recursos do programa de prevenção e assistência à Aids.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição, que dispensa a apreciação pelo Plenário desta Casa, será também

examinada, no mérito, pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Posteriormente, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação avaliará seus aspectos de constitucionalidade e juricidade.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Entendemos perfeitamente a intenção do ilustre colega Deputado Aldo Rebelo, autor deste Projeto de Lei, ao propor a negação da patenteabilidade aos medicamentos antiretrovirais.

Como ele mesmo apontou, o tratamento dos doentes com os coquetéis de antiretrovirais não somente melhora a sua qualidade e expectativa de vida como também evita as estressantes e dispendiosas internações hospitalares para o tratamento das doenças intercorrentes.

Não há dúvida que a concessão da patente permite que o fabricante estabeleça o preço que bem entender para os medicamentos. Com a justificativa de amortizar os gastos com a pesquisa realizada, os laboratórios fixam preços altíssimos para as novas moléculas terapêuticas.

Sabemos por outro lado, que o digno Deputado Aldo Rebelo é um incansável defensor da soberania nacional, no que se refere aos abusos da regulamentação mundial acerca dos direitos sobre a propriedade intelectual.

A questão das patentes farmacêuticas é um assunto muito polêmico, sensível e de difícil trato junto aos países mais desenvolvidos. Seus desdobramentos tocam interesses das grandes corporações multinacionais e dos seus governos.

A Lei nº 9.279/96, que normatiza a questão da proteção patentária no Brasil, contempla, em seus artigos 68 e 71, a possibilidade da licença compulsória em casos de: i) exercício abusivo dos direitos patentários; ii) abuso de poder econômico; iii) não exploração do objeto da patente; iv) falta de uso integral do processo patenteado; v) comercialização que não satisfaz as necessidades do

mercado; e, vi) emergência nacional ou interesse público declarados oficialmente pelo Poder Executivo.

A licença compulsória nos casos de emergência nacional e de interesse público, tratados no artigo 71 da Lei nº 9.279/96, foi regulamentada pelo Decreto nº 3.201, de 06 de outubro de 1999. Este Decreto define mais detalhadamente os entendimentos daquilo que pode ser considerado emergência nacional e interesse público. Também detalha os procedimentos para a declaração da emergência nacional e de interesse público.

Tal assunto vem sendo alvo de exaustivas negociações nos foros internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países mais desenvolvidos concordam apenas com a possibilidade do licenciamento compulsório para medicamentos usados em doenças específicas: aids, tuberculose e hanseníase. E também rejeitam a possibilidade de que o país que tenha decretado a licença compulsória, contrate a fabricação do produto em qualquer outro país. Tal posição simplesmente inviabiliza o uso do instituto da licença compulsória por aqueles países que não detêm tecnologia suficiente para a produção da matéria-prima ou do próprio medicamento em seu território.

Esse debate pode continuar por anos, pois não há perspectiva de acordo. A solução proposta para o caso dos antiretrovirais pelo combativo Deputado Aldo Rebelo é correta. O Sistema Único de Saúde gasta muito dos seus escassos recursos para manter a distribuição gratuita desses medicamentos no âmbito do premiado programa brasileiro de combate à epidemia de aids no país. Muito mais poderia ser feito se o custo dos antiretrovirais sob proteção patentária não fosse um verdadeiro absurdo.

A questão das patentes não é um assunto apenas comercial. Ele envolve o grau de saúde que podemos alcançar enquanto nação; envolve a vida de muitos seres humanos; envolve a soberania de poder concretizar políticas de inclusão social e de desenvolvimento.

O exemplo brasileiro serviu para mostrar ao mundo que é possível conseguir um nível razoável de controle da propagação da aids e que os medicamentos antiretrovirais têm um papel importante que não pode ser restringido pelo apetite voraz das empresas produtoras de medicamentos.

Entendemos que os ganhos que se obterão com a alteração na Lei nº 9.279/96 não contemplam apenas o Brasil – os nossos doentes, o SUS,

nossos centros de pesquisa, nossas indústrias. O debate internacional ganhará novos elementos de pressão para que os acordos em torno do tema sejam mais flexíveis e contemplem os interesses dos países que, como o Brasil, têm o desejo de trabalhar seriamente os seus problemas e conflitos sociais.

Nesse sentido, louvamos a iniciativa do ilustre Deputado Aldo Rebelo e votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.678, de 2001.

Sala da Comissão, em                      de agosto de 2003.

Deputado **Dr. Rosinha**

Relator